

Quadro Negro



Mala Direta
Postal

9912258974/2010-DR/BSB
SINPRO-DF

...CORREIOS...

Informativo do Sindicato dos Professores no Distrito Federal - Ano XXXII - Nº 171 - Novembro/2011

www.sinprodf.org.br

A

EDUCAÇÃO

QUER

mais!

QUER

MAIS RECURSOS: 10% DO PIB

Professores bem remunerados,

*Gestão Democrática do
Sistema Público de Ensino,*

Plano de Carreira do
Magistério Público do DF

Contratação de Concursados

Plano de Saúde 

E para isso vamos à luta, companheiras e companheiros, porque nossas conquistas terão o tamanho da nossa mobilização! Todas e todos à assembleia geral no dia 17 de novembro, às 9h30, com paralisação, em frente ao Palácio do Buriti! Vamos cobrar do governador Agnelo os compromissos assumidos com a categoria!

Expediente

Sinpro-DF: sede: SIG, Quadra 6, lote nº 2260, Brasília-DF

Tel.: 3343-4200 / Fax: 3343-4207

Subsede em Taguatinga: CNB 4, lote 3, loja 1.

Telefax: 3562-4856 e 3562-2780

Subsede no Gama: SCC, bloco 3, lote 21/39, sala 106.

Telefax: 3556-9105

Subsede em Planaltina: Av. Independência, quadra 5, lote 8, Vila Vicentina.

Telefax: 3388-5144

Site: www.sinprodf.org.br

e-mail: imprensa@sinprodf.org.br

Secretaria de Imprensa: Cleber Ribeiro Soares, Cláudia de Oliveira Bullos e Rosilene Correa (Coordenadora)

Assessoria de Imprensa: Eliane Araújo

Jornalistas: Júnia Lara, Luis Ricardo Machado e Arlete Martinez

Revisão: José Antônio de Oliveira

Fotografias: Valéria Carvalho

Diagramação: Oberdan A. Rodrigues

Impressão: Palavra Comunicação

Tiragem: 35.000 exemplares

Distribuição gratuita. Permitida a reprodução, desde que citada a fonte.

DIRETORIA COLEGIADA DO SINPRO-DF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO

Evandro Borges de Deus

Maria Bernadete D. da Silva - Coordenadora

Nilza Cristina G. dos Santos

SECRETARIA DE ASSUNTOS DOS APOSENTADOS

Francisco Raimundo (Chicão)

Isabel Portuguez de S. Felipe - Coordenadora

Iracema Bandeira da Silva

SECRETARIA DE ASSUNTOS CULTURAIS

Carlos Edmundo Arnt

Francisco Joaquim Alves

Rodrigo Rodrigues C. e Lima - Coordenador

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS E TRABALHISTAS E SÓCIOECONÔMICOS

Dimas Rocha - Coordenador

Washington Luis D. Gomes

Wijairo José da C. Mendonça

SECRETARIA DE ASSUNTOS E POLÍTICAS PARA MULHERES EDUCADORAS

Elicéuda Silva França - Coordenadora

Neliane Maria da Cunha

Thais Romanelli Leite

SECRETARIA DE FINANÇAS

Carlos Cirane - Coordenador

Elaine Amancio Ribeiro

Sebastião Honório dos Reis

SECRETARIA DE FORMAÇÃO SINDICAL

Hamilton da Silva Caiana

Ilson Veloso Bernardo - Coordenador

Marco Aurélio G. Rodrigues

SECRETARIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO

Cláudia Bullos

Cleber Ribeiro Soares

Rosilene Corrêa - Coordenadora

SECRETARIA DE RAÇA E SEXUALIDADE

Maria de Fátima (Fatinha)

Rosemeire Rodrigues

Wiviane Farkas - Coordenadora

SECRETARIA DE SAÚDE DO TRABALHADOR

Cássio de Oliveira Campos

Gilza Lúcia Camilo Ricardo

Maria José Correia Muniz - Coordenadora

SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO E INFORMÁTICA

Luiz Alberto Gomes Miguel

Maria Augusta Ribeiro - Coordenadora

Vanusa Sales

SECRETARIA DE POLÍTICA EDUCACIONAL

Berenice D'arc Jacinto - Coordenadora

Cláudio Antunes

Julio Barros

SECRETARIA DE POLÍTICAS SOCIAIS

Fernando Reis - Coordenador

Iolanda Rodrigues Rocha

Magnete Barbosa Guimarães

CONSELHO FISCAL

Eliete Alves Chagas

Jucimeire Barbosa da Silva

Luciana Rodrigues de Almeida

Pedro de Oliveira Silva

Selassie das Virgens Junior

Editorial

Categoria continua em Estado de Greve. PRÓXIMA ASSEMBLEIA: DIA 17/11

Reunidos em assembleia na manhã desta quarta, 26 (foto acima), os professores das escolas públicas rejeitaram a proposta de tabela salarial para reestruturação do Plano de Carreira do Magistério Público do DF apresentada pelo GDF. Eles aprovaram ainda a manutenção do estado de greve da categoria e marcaram nova assembleia, com paralisação, para o dia 17 de novembro, às 9h30, na Praça do Buriti.

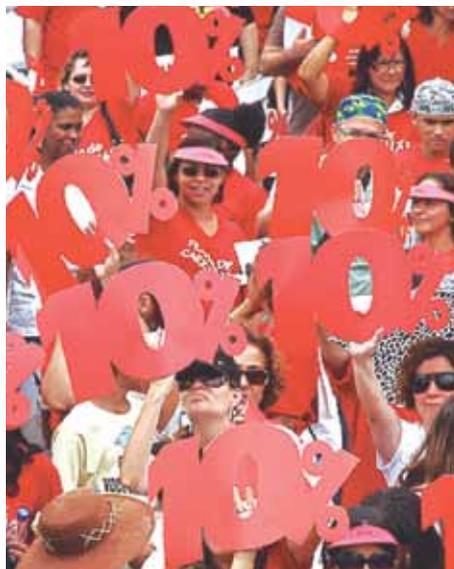
Diante de uma proposta totalmente insuficiente, nossa resposta é intensificar a mobilização e buscar

uma negociação direta com o governador Agnelo Queiroz, na perspectiva de negociar um avanço financeiro e lembrar os compromissos assumidos por ele com os professores, ainda durante a campanha eleitoral. Não queremos nada além do cumprimento das promessas de campanha.

T a m b é m devemos intensificar a mobilização. Até a assembleia realizaremos mutirões de visitas às escolas e para isso contamos com a participação de todas e todos. Como sempre, dependerá de nossa disposição para a luta a conquista de nossas reivindicações.



Assembleia no Teatro Nacional



Marcha Nacional pelos 10% do PIB.

CATEGORIA REJEITA PROPOSTA QUE DESCONSIDERA A PAUTA DE REIVINDICAÇÕES

Quase um mês após vencer o prazo para apresentação do projeto de reestruturação do plano de carreira na Câmara Legislativa, no dia 24 de outubro o GDF apresentou à Comissão de Negociação do Sinpro uma tabela salarial como proposta financeira. A referida tabela mantém a estrutura do plano atual, com valor de Vencimento Básico diferenciado em 25 etapas, dispostas em classes e níveis.

O interstício entre cada uma das etapas é de 2%. São admitidas jornadas de 20 horas e de 40 horas. A tabela salarial prevê correção de valores para vigência a cada abril, nos anos de 2012, 2013 e 2014.

A parcela, que hoje representa 50% do Vencimento Básico (Tidem), segundo o governo seria incorporada na totalidade em 2012. Contudo, o que se verifica é a incidência de um índice de 42,61% sobre o vencimento básico inicial. Apenas, no caso da remuneração dos trabalhadores com 20 horas de jornada, há ganho. No entanto, para os profissionais que já exercem jornada de 40 horas, com percepção da Tidem, há perda salarial imediata.

A correção na remuneração desses profissionais para abril de 2014, mantida a GRC e o PIF (abono) variará de 19,09%, para a etapa 1, a 24,57%, para a etapa 25. A diferença entre as referências ocorre no primeiro ano, com variação de 2,95%, para o menor vencimento, a 7,60%, para o maior. Para abril de 2013 e abril de 2014 as variações para todas as etapas são em torno de 7,6%.

De outubro de 2011 a março de 2014, mantendo-se o índice de inflação anual dentro da meta definida pelo Banco Central do Brasil, de 6,5%, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – referência para a meta – alcançará 17%. Assim, para a maioria dos professores, o ganho real, em 30 meses, se situaria entre 1,78% e 6,47%. Quanto maior a taxa de inflação, menor o ganho. Além disso, a parcela de correção de 2,69% prevista para março de 2012, que complementa reajuste de 13,83% definido em acordo anterior, simplesmente desaparece, e deve ser descontado desses percentuais!

Ou seja, com essa proposta estaríamos muito distantes de atingir a isonomia salarial reivindicada e mal iríamos repor a inflação do período! Consideramos que isso significa descumprimento do compromisso assumido pelo governador Agnelo durante a campanha eleitoral, de buscar a isonomia no decorrer dos quatro anos de seu mandato. Por isso a categoria rejeitou a proposta em assembleia e decidiu intensificar a luta para conquistar esse justo direito.

Vamos intensificar a campanha de esclarecimento junto à sociedade, mostrando os motivos pelos quais lutamos e as promessas e os compromissos assumidos pelo governador Agnelo com as professoras e os professores, realizar muti-

rões de visitas às escolas em todas as cidades, enfim, “botar o bloco na rua” e ir à luta, pois exigimos respeito! Acordos assumidos devem ser honrados!

ESTIMATIVA MOSTRA QUE RECEITA DO GDF CRESCERÁ MAIS QUE REMUNERAÇÃO DE PROFESSORES

O mais irônico dessa proposta é que pelas estimativas do próprio governo a receita total do GDF, definida no Plano Plurianual (PPA), deve crescer de 10,04% em 2013 em relação a 2012, e de 8,37% em 2014 em relação a 2013. Ou seja, se confirmadas estas estimativas, ao final de 2014 o dispêndio do GDF na remuneração de professores poderá ser menor, proporcionalmente, que o dispêndio hoje.

TABELA COM PORCENTUAIS DE REAJUSTES DA TABELA REJEITADA PELA CATEGORIA.

	40 Horas - A - graduação			
	Reajustes na remuneração total			
	(abr/12) / out/11	(abr/13)/ abr/12	(abr/14)/ abr/13	(abr/14)/ out/11
25	7,60%	7,62%	7,58%	24,57%
24	7,42%	7,62%	7,58%	24,37%
23	7,25%	7,61%	7,58%	24,16%
22	7,08%	7,61%	7,58%	23,96%
21	6,90%	7,61%	7,57%	23,75%
20	6,72%	7,61%	7,57%	23,54%
19	6,54%	7,61%	7,57%	23,32%
18	6,36%	7,61%	7,57%	23,11%
17	6,17%	7,60%	7,57%	22,89%
16	5,98%	7,60%	7,57%	22,67%
15	5,80%	7,60%	7,56%	22,45%
14	5,61%	7,60%	7,56%	22,23%
13	5,41%	7,60%	7,56%	22,00%
12	5,22%	7,59%	7,56%	21,77%
11	5,03%	7,59%	7,56%	21,54%
10	4,83%	7,59%	7,55%	21,30%
9	4,63%	7,59%	7,55%	21,07%
8	4,43%	7,59%	7,55%	20,83%
7	4,22%	7,58%	7,55%	20,59%
6	4,02%	7,58%	7,55%	20,35%
5	3,81%	7,58%	7,54%	20,10%
4	3,60%	7,58%	7,54%	19,85%
3	3,39%	7,57%	7,54%	19,60%
2	3,17%	7,57%	7,54%	19,34%
1	2,95%	7,57%	7,53%	19,09%

* desses percentuais devem ser descontados os 2,69% referentes ao restante do reajuste do acordo firmado no início do ano e que deveria ser pago em março de 2012.



GESTÃO DEMOCRÁTICA: LUTA AGORA É PARA EVITAR DESVIRTUAMENTO DO PROJETO

Depois de muita protelação, no dia 5 de outubro o GDF encaminhou a proposta de gestão democrática do sistema público de ensino. O projeto de lei nº 588/11 está tramitando em regime de urgência e já recebeu mais de 60 emendas. A boa notícia é que, em seminário realizado no dia 19 de outubro, por iniciativa da deputada Rejane Pitanga e Washington Mesquita, o secretário de Educação, Denilson Bento, disse que o governo concorda em acatar as duas principais emendas defendidas pelo Sinpro: a criação do Fórum Distrital de Educação e o direito de voto para o professor de contrato temporário desde que ele esteja na instituição na qual votará por no mínimo 50% do período letivo.

Na opinião do diretor do Sinpro e um dos debatedores do seminário realizado na Câmara Legislativa, Júlio Barros, isso significa dizer que a batalha na Casa será para evitar o desvirtuamento do projeto por meio de apresentação de emendas. “Vamos dialogar, mas não podemos permitir mudanças substanciais na proposta, que contempla a concepção de gestão que defendemos como democrática e participativa” afirmou ele.

A deputada Rejane Pitanga (PT-DF) também defende a aprovação sem muitas alterações, já que o projeto foi consensuado por governo, professores, auxiliares e comunidade escolar. “Não tenho dúvida de que este será o primeiro projeto do governo em que vamos disputar uma concepção de Estado, portanto,

acredito que devemos estar atentos, para evitar retrocessos”, entende ela.

O diretor da CNTE, Antônio Lisboa, que participou do seminário da Câmara, disse que o grande desafio agora será fazer com que a sociedade se aproprie da gestão democrática do sistema público de ensino. “Precisamos engajar toda a sociedade, lembrar que a Educação não é problema de governo, é um problema da nação brasileira. Ou seja, devemos enraizar na sociedade a idéia da importância da gestão democrática nas escolas públicas como primordial para uma educação de qualidade para todos, pois só assim daremos sustentação política e impediremos a retirada dessa conquista por governos autoritários” afirmou ele.

O diretor do Sinpro Wijairo Mendonça, também defendeu que não sejam apresentadas muitas emendas, porque a proposta foi amplamente debatida e é preciso agilidade em sua tramitação. A diretora do Sinpro Augusta Ribeiro disse que os deputados devem ter sensibilidade e apoiar o projeto que é a síntese de 32 anos de debates e que representa os verdadeiros anseios de democratização e participação na gestão da Educação. Chico do Gama, também diretor do Sinpro, lembrou que discutir a democratização da gestão é debater os destinos da

Educação Pública, pois sem democracia não há qualidade de ensino. Também já ocorreu debate na Comissão de Educação e Cultura da Casa.

CATEGORIA VAI OCUPAR A CÂMARA

Agora é hora de defendermos os pilares fundamentais da gestão democrática: no próximo dia 9 de novembro, quarta-feira, a partir das 9h30, vamos percorrer os gabinetes da Câmara Legislativa, levar a categoria para o plenário da casa e mostrar porque defendemos a verdadeira gestão democrática e porque não queremos que ela seja desvirtuada. Temos esse compromisso com a Educação no DF e não podemos nos eximir disso! Todos e todas à Câmara Legislativa para defender a gestão realmente democrática.



SINPRO ENTREGA CERTIFICADO DO CURSO DE INFORMÁTICA

No dia 19 de outubro mais 120 professoras e professoras(es) aposentadas(os) (foto) participaram no Clube da Imprensa da solenidade de entrega dos certificados do Curso de Informática do Sinpro-DF (Fases I e II). Os participantes ressaltaram a importância de cursos como esse para promover a inclusão digital dos aposentados. "No próximo ano os cursos vão continuar" adiantou a Coordenadora da Secretaria para Assuntos dos Aposentados, Isabel Portuguese. No próximo Jornal Quadro Negro faremos uma retrospectiva de todas as atividades dirigidas às aposentadas e aposentados da categoria.

PROGRAMA DE PREVENÇÃO DST/AIDS

A Diretoria Colegiada do Sindicato dos Professores no Distrito Federal, por meio das Secretarias para Assuntos de Saúde do Trabalhador e de Assuntos de Raça e Sexualidade, realizou o curso sobre o programa de prevenção à DST/AIDS dirigido a professoras e professores, orientadores(as) educacionais, coordenadores(as) e direção das escolas. O curso, ministrado na sede do SINPRO-DF, foi um grande sucesso e contou com a presença da categoria. O projeto é uma iniciativa da Internacional da Educação, entidade que reúne 401 entidades sindicais em todo o mundo, e da Confederação Nacional dos Trabalhadores



em Educação (CNTE) e seus sindicatos afiliados, em parceria com o Ministério da Saúde. O objetivo, entre outros, foi fomentar a cultura da prevenção e compartilhar conhecimentos que favoreçam a inclusão desses conteúdos no processo educativo.

"Todos aqueles(as) que participaram do curso se tornaram multiplicadores desse conhecimento nas escolas em que atuam. Isto é muito importante à medida que os professores e professoras tenham um conhecimento mais vasto a respeito da cultura da prevenção e possam passar isto para frente", salienta a diretora da Secretaria de Raça e Sexualidade, Eli-ceuda França.

PÓS-GRADUAÇÃO FORMARÁ NOVOS QUADROS

Está em fase final de elaboração o curso de pós-graduação em Educação: Gestão Escolar e Temas Contemporâneos, promovido pelo Sinpro em parceria com a Universidade Federal do Tocantins (UFT). O objetivo geral é formar novos quadros de gestores (as), coordenadores (as), orientadores (as), professores (as) das escolas públicas na perspectiva da gestão democrática para uma escola pública de qualidade, que privilegie o ser humano

como centro do processo de ensino e aprendizagem, visando a formação de cidadãos críticos e autônomos.

Essa é a segunda vez que o Sinpro promove um curso de pós-graduação dessa natureza. A seleção será realizada no mês de dezembro e as aulas devem começar no início do ano que vem. Fiquem atentos para divulgação no site e nos informativos da categoria das datas para a inscrição na seleção.

SINPRO PARTICIPA DE COMISSÃO CRIADA PARA ELABORAR TRANSTORNOS FUNCIONAIS

O Sindicato dos Professores no Distrito Federal fez parte da Comissão de Transtornos Funcionais, evento realizado de abril a outubro de 2011 e concebido para elaborar as diretrizes do atendimento ao estudante com a demanda específica em TDAH, DPAC, Disléxico, TC, entre outros. A presidenta da Comissão, Vanessa Tentes, considera a iniciativa o início de um grande momento para acolher mais de três mil estudantes que vivenciam essa condição, implicando em análise crítica da situação e atitudes responsáveis dos agentes do processo. As reuniões resultaram na criação

e implantação de um programa de atendimento a estes estudantes, que será organizada em dois eixos:

- Redução na estratégia de matrículas do quantitativo de estudantes nas turmas que receberem o programa;
- Atendimento interventivo direto aos estudantes em pólos vinculados ao Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem (EEAA).

"A ideia é valorizar e ampliar um serviço que já existe na Secretaria de Educação há 43 anos e não criar outro serviço. Seria inventar a roda, ela já existe e o que temos é que fazê-la girar", afirma a diretora do Sinpro-DF, Vanuza Sales.

FORMAÇÃO SINDICAL

Atenção! Diante do calendário de lutas da nossa campanha salarial, a Secretaria de Formação Sindical do Sinpro decidiu transferir para o dia 26 de novembro a oficina para definir a turma de formação para formadores sindicais, que estava marcada para os dias 18 e 19 de novembro. Essa oficina é dirigida aos professores que fizeram os cursos básicos e avançados de formação. Segundo Ilson Veloso, da Secretaria de Formação Sindical do Sinpro, o curso é mais uma oportunidade para a categoria fortalecer sua organização de base, o que sem dúvida é muito importante para as lutas que temos que travar. O curso será na sede do Sinpro, a partir das 8h30 até às 17h.

Comissão paritária discutirá problemas de readaptadas(os)

Mais de 350 professoras(es) readaptadas(os) e representantes de direções das escolas se reuniram, no dia 27 de setembro no Auditório da Imprensa Nacional, com a diretoria do Sinpro-DF para discutir a readaptação, a saúde no trabalho e seus direitos trabalhistas. No encontro, organizado pela Secretaria para Assuntos de Saúde do Trabalhador do Sindicato, foram levantadas questões que serão mais aprofundadas em um seminário específico, que o Sinpro-DF pretende realizar ainda neste ano. Segundo a diretora Gilza Camilo, a intenção do Sindicato com esses eventos é a de buscar a construção de uma política pública que abranja não só professoras(es) readaptadas(os) e as(os) que estão doentes, mas principalmente que promova um trabalho preventivo para toda a categoria, nos moldes defendidos pela OIT (Organização Internacional do Trabalho).

Desde o início deste ano, o Sinpro-DF vem negociando com o GDF a pauta de reivindicações da categoria, onde estão inseridas questões específicas dos readaptados. “Durante essas negociações alguns avanços foram garantidos como a coordenação externa do professor readaptado e a sua participação na coordenação coletiva, mas temos muito ainda o que avançar”, disse Gilza.

Ela explicou que no dia 14 de setembro a Comissão de Negociação do GDF e do Sinpro-DF, além de diretores da Secretaria para Assuntos da Saúde do Trabalhador, se reuniram na Subsecretaria de Gestão dos Profissionais de Educação (Sugepe) para iniciar um diálogo, visando ações de valorização para estes(as) professores(as). Na ocasião a diretoria entregou à subsecretária Patrícia Lacerda um documento com os principais problemas enfrentados por este grupo de professores, além de algumas sugestões.

O corte de gratificações, desconto de valores recebidos após a readaptação, demora na efetivação do PRF à readaptação, discriminação, assédio moral e a falta de condições para que estes professores trabalhem em funções condizentes com suas limitações físicas são apenas algumas das dificuldades que estes professores passam.

“Ficou decidido na reunião com a Sugepe que vamos

formar um grupo de estudo para tratar especificamente dos readaptados, com participação paritária”, disse a diretora. A ideia do Sinpro-DF, segundo ela, é a de que esse grupo atue como uma comissão de caráter permanente e dela participem não só a DSO, o Sindicato e a Secretaria de Educação, mas também professores readaptados. Para Gilza Camilo ainda há muito a se fazer, como por exemplo, humanizar o atendimento na DSO, fazer com que a DRE tenha uma pessoa específica não só para receber, mas, principalmente, para acompanhar os readaptados.

No encontro do dia 27, as(os) professoras(os) tiveram a oportunidade de ouvir a opinião de especialistas sobre as diversas situações enfrentadas na readaptação. A mestra em psicologia e professora Thiele da Costa Muller Castro falou sobre o tema “Dinâmica de Prazer e Sofrimento no Trabalho”; já Rosana Carneiro Ferreira Medeiros, mestre em Educação e Ecologia Humana e professora licenciada em História, ministrou palestra sobre a “Readaptação Funcional: limites e perspectivas para a Carreira Magistério”; e, por fim, o advogado do Sinpro-DF Victor Mendonça Neiva, especialista na área de Saúde, discorreu sobre a situação jurídica dos professores readaptados. Ao final das palestras foi promovido um debate onde as(os) professoras(os) puderam tirar suas dúvidas.



Maria José fala na abertura do encontro



Readaptados lotaram auditório



Luta contra a homofobia nas escolas

A luta por uma sociedade democrática e por escolas sem homofobia tem sido uma das bandeiras levantadas pelo Sinpro-DF. A entidade tem realizado ciclo de debates sobre o tema em várias escolas, possibilitando aos professores e às professoras subsídios teóricos para enfrentar esse problema no cotidiano escolar. “O debate auxilia a quebrar o tabu que ainda existe na sociedade em relação a essa discussão e dá voz às professoras e professores que vivem essa situação no dia a dia”, avalia Elaine Amâncio.

Estamos participando, juntamente com o governo e a sociedade civil, de pré-conferências LGBT, que preparam a II Conferência. “Nesta conferência, além das questões gerais, defenderemos mudanças no currículo escolar”, afirma Wiviane Farkas.

Também apoia as Paradas do Orgulho LGBTs que aconteceram e acontecerão nas cidades do DF. A diretora da Secretaria de Raça e Sexualidade, Maria de Fátima Nunes da Silva (Fatinha), defendeu os direitos humanos da comunidade LGBT e referendou o apoio da entidade à luta por uma sociedade democrática. “Devemos combater o preconceito e discriminação no ambiente escolar e lutar pela aprovação do PLC 122, que criminaliza a homofobia”, afirmou ela.



Diretores do Sinpro durante debate e Marcha contra homofobia

Sinpro leva o debate da questão étnico-racial às escolas

A Secretaria de Raça e Sexualidade do Sinpro-DF está dando continuidade ao ciclo de debates sobre a questão étnico-racial, iniciado em junho deste ano. O tema dos debates é a Literatura Infantil com uma abordagem étnico-racial. Para facilitar a participação da categoria, agora os debates podem ocorrer nas próprias escolas, nos dias e horários de coordenação. Já foram realizados debates na subseção do Sinpro-DF de Taguatinga (27/09); no Centro de Ensino Médio nº 2 do Gama (04/10); na subseção do Sinpro-DF de Planaltina (06/10); na Escola Classe nº 52 de Ceilândia (19/10); na Escola Classe 501 de Sambaíba (26/10) e no Centro de Ensino Médio Ave Branca em Taguatinga (28/10).

Segundo a professora Lucilene Costa, que ministra as oficinas, o trabalho proposto tem como elementos os principais estudos sobre a conexão existente entre o currículo,

a cultura e a construção de identidades através do ensino da cultura africana e afro-brasileira. Também evidencia a riqueza do material pedagógico que constitui a literatura infantil que trata dos conhecimentos da África e dos afrodescendentes, bem como a possibilidade de construção de representações sociais positivas da população negra.

Esta iniciativa é uma forma de sensibilizar educadoras e educadores do Distrito Federal para a importância de valorizar a Cultura e a História afro-brasileiras, bem como, a aplicabilidade da Lei nº10.639/03, que obriga as instituições de ensino a incluírem essa temática em seus currículos oficiais, nas áreas de Educação Artística, Literatura e História brasileiras. As escolas interessadas devem entrar em contato com a Secretaria, no telefone 3343-4206, e agendar dia e horário com a funcionária Ana Lúcia.



Professora do curso e diretoras do Sinpro mostram material pedagógico

CONFERÊNCIA DE EDUCAÇÃO ESTABELECE DIRETRIZES PARA O PDE

A V Conferência Distrital de Educação Paulo Freire mobilizou cerca de 400 professores na Eape durante os dias 20, 21 e 22 de outubro. O evento foi organizado pela Secretaria de Assuntos Educacionais e de acordo com a coordenadora, Berenice D'Arc, atingiu plenamente seus objetivos, ao levar a categoria a iniciar a discussão sobre as diretrizes que defenderemos no PDE (Plano Distrital de Educação), que estabelecerá as diretrizes da educação no DF, pelos próximos 10 anos. Foram discutidos, também, o Plano Nacional de Educação (PNE), a Gestão Democrática, o currículo, além de outros temas de interesse da Educação.

As palestras inaugurais foram feitas pela diretora de Gestão do Conhecimento do Instituto Paulo Freire, professora Ângela Antunes, que emocionou ao fazer um

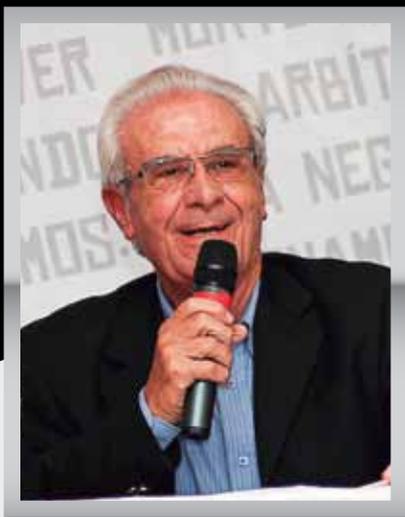
histórico do pensamento de Paulo Freire e pelo professor da UFMG, Miguel Arroyo, que alertou para a necessidade de lutarmos para que o PNE incorpore as reivindicações históricas do movimento docente. A abertura contou ainda com a presença de deputada Rejane Pitanga (PT-DF) e do secretário de Educação, Denilson Bento.

A Secretaria está sistematizando todas as contribuições apresentadas pelos grupos de trabalho e brevemente disponibilizará as deliberações em nosso site e no próximo Quadro Negro.



Debate qualificado e trabalho em grupo foram a marca do evento

LUTA NO PNE SERÁ POR POLÍTICAS AFIRMATIVAS. AFIRMA ESPECIALISTA



O professor Miguel Arroyo, Phd em Educação, acredita que o novo PNE será mais um instrumento para avançarmos na luta por uma educação de qualidade para todos. Ele entende que sua aprovação não será a última batalha, até porque o próprio debate tem demonstrado que o embate entre os que defendem uma educação libertadora e democrática e os que vêem a educação como mercadoria continua cada vez mais forte. Nessa entrevista concedida ao Quadro Negro durante a V Conferência de Educação, realizada pelo Sinpro, Arroyo chama a atenção para a necessidade de lutar para que os avanços discutidos pelo movimento docente sejam incorporados ao texto do novo PNE.

Quadro Negro – Como o movimento docente deve atuar na discussão do PNE?

Miguel Arroyo – Entendo que se deve fazer uma análise política. A primeira questão é em que medida todos os avanços, frutos de tantas lutas do movimento docente, estão ou não incorporados ao Plano Nacional de Educação. Primeira luta: houve a construção de toda uma identidade profissional centrada no trabalho. Se reconhece os profissionais da educação no PNE como trabalhadores? Ou se diluem na chamada profissionalização? Sim, lutamos por uma profissionalização, mas uma profissionalização como trabalhadores. Por que isso é importantíssimo? Porque se apenas se fala que somos profissionais como qualquer outro profissional, sobretudo da área pública, essa concepção que se tem é muito mais de serviçal. Mas há 30 anos o movimento sindical docente tem dito, não somos servidores públicos, somos trabalhadores, e a questão do trabalho desaparece no PNE.

Quadro Negro – O que se colocou no lugar?

Miguel Arroyo – O que se fala é aquela frase ambígua, de formação e valorização do profissional, que vem de longe. Isso reforça a velha imagem de que o profissional da educação básica pública nunca está formado e todo o empenho dos próximos 10 anos é que ele se forme melhor, pois disso depende a qualidade da escola pública. Ou seja, transferem discursos, imagens, disputas que já existem há 30 anos.

Outro ponto é que a própria ideia de formação que se coloca não está no campo dos direitos. É uma visão do educador como mediador da aprendizagem dos educandos. A formação não é apenas para sermos melhores professores, para que o aluno aprenda melhor; a formação é um direito do trabalhador da educação. Então, colocar no PNE a formação como direito da categoria é muito diferente do que colocar como instrumento para garantir as aprendizagens.

Estas são questões que têm que estar postas. Eu resisto à ideia da palavra valorização. Acredito que o movimento sindical deva reagir a essa palavra, que não diz nada e diz tudo. Parece valo-

rização da bolsa, do dólar, valorização do boi etc, que história é essa? Não vejo os membros do Movimento Sem Terra, dos sem teto dizerem “nos valorizem”, não, eles se afirmam. Então no PNE dever haver políticas afirmativas. Diante de categorias sociais que estão no processo de reconhecimento não é a mesma coisa que valorização. Uma coisa é dizer no PNE “nos valorize Estado, pelo amor de Deus”, outra é dizer “não estamos preocupados que vocês nos valorizem, guerra é guerra, estamos aqui pelo piso salarial, pelo direito à formação, pela educação inclusiva”.

Na Conferência Nacional de Educação foi isso que aconteceu, por causa da presença dos movimentos sociais, mas quando isso foi redefinido no Congresso se perde isso, se desradicaliza a radicalidade que veio da conferência.

Quadro Negro – O senhor acredita que será possível mudar isso?

Miguel Arroyo

– Eu acho que o PNE não é a última batalha, é mais um avanço. O interessante é que esse debate explicita a tensão que existe na sociedade no campo dos direitos, no campo dos movimentos sociais e no campo do próprio Estado. A função do movimento docente é analisar bem essas tensões para saber onde colocar as fronteiras de luta.



Arroyo na conferência do Sinpro



NO ANO DO AFRODESCENDENTE, MUITA ATIVIDADE NO MÊS DA CONSCIÊNCIA NEGRA

Novembro, tradicionalmente, é o mês em que comemoramos a consciência negra e intensificamos o combate ao preconceito e à discriminação por razões de raça (cor da pele) e etnia. Este ano, os eventos programados lembram ainda que 2011 é o Ano Internacional dos Afrodescendentes, instituído pela ONU. O Sinpro participará de duas ações, nas quais o envolvimento das(os) professoras(es), orientadoras(es) e diretoras(es) será fundamental: o projeto Cara e Cultura Negra e o Festival da Mulher Afro-Latina-Americana e Caribenha.

O projeto Cara e Cultura Negra, que conta com o apoio do Sinpro, é um programa de ações anuais que visa promover e preservar a identidade cultural, social e econômica resultante da influência da raça negra na construção da sociedade brasileira e potencializar a participação dessa população no processo de desenvolvimento, a partir de sua história e sua cultura.

Em seu sétimo ano, o projeto Cara e Cultura Negra acontecerá entre os dias 7 e 21 de novembro, com duas atividades: uma exposição fotográfica itinerante, cujo tema é “Mulheres negras na construção de Brasília”, que acontecerá em quatro estações do metrô – Central, Galeria, 108 e Praça do Relógio, em Taguatinga –, e um fórum de discussões intitulado “Mulheres que Brilham”, que acontecerá na Câmara Legislativa do DF.

A exposição fotográfica itinerante é uma excelente oportunidade para o desenvolvimento de atividades extraclasses, com visitas de turmas, sendo necessário para isso o agendamento prévio. Serão 11 dias de exposição – do dia 7 ao dia 18 de novembro – e os professores podem fazer o agendamento das visitas por intermédio do Sindicato, no telefone (61) 3343-4206. Cada turma visitará apenas uma estação, lembrando que os dias 12 e 13 de novembro são sábado e domingo. No dia 14 de novembro haverá recesso escolar e, no dia seguinte, 15 de novembro, é feriado. Por isso, é importante ter um planejamento, para que não ocorra um choque de datas e horários, considerando que restaram apenas sete dias para as visitas.

Além da exposição fotográfica, haverá um fórum de debates intitulado “Mulheres que Brilham”, que acontecerá no auditório da Câmara Legislativa do DF, das 15h às 19h, divididos em quatro dias diferentes. O primeiro debate ocorrerá no dia 7 de novembro, com o tema “Mulheres no mercado de trabalho – a mulher negra no mercado de trabalho”. O segundo será no dia 11 de novembro, cujo tema será “Liderança e participação política – mulheres negras na política brasileira”. O terceiro terá como tema “O combate à violência contra as mulheres” e será realizado no dia 18 de novembro. Por último, no dia 21 de novembro, será a vez de discutir a “Saúde da mulher – políticas públicas de saúde para mulheres negras”.

Essa é também uma atividade que pode ser feita por meio de inscrição, uma vez que as(os) educadoras(es) receberão certificados das discussões que participarem. O fórum de debates será um momento importante de troca de informações e de conhecimentos a respeito da contribuição da raça negra na construção do Brasil, com um foco especial na mulher negra. As inscrições podem ser feitas na página do Sindicato e, também por telefone (61-3343-4206). Qualquer pessoa pode se inscrever para os fóruns de debate.

Também acontecerá no mês de novembro, entre os dias 23 e 25, o Festival da Mulher Afro-Latina-americana e Caribenha. Esse festival foi criado em 25 de julho de 1992 na República Dominicana e marca, internacionalmente, a luta e a resistência da mulher negra em toda a América do Sul e Caribe. Em 2011, o projeto dá visibilidade ao histórico de lutas e resistência da mulher negra na América Latina e caribenha.

Serão sete mesas de debates, com temas variados, que acontecerão na Esplanada dos Ministérios. O Sinpro tem se empenhado na realização de projetos que visam a eliminação das posturas racistas no ambiente escolar, por acreditar que não podemos ser coniventes com a exclusão de mais da metade do povo brasileiro. Por isso, é muito importante a participação das(os) educadoras(es) nessas atividades.



CEF 619 de Samambaia é finalista do Prêmio Escola Voluntária

O projeto Radionistas, desenvolvido por alunos do Centro de Ensino Fundamental 619 de Samambaia, é um dos dez finalistas da 11ª edição do Prêmio Escola Voluntária. Idealizado pela coordenadora Maricleusa Cordeiro, o projeto propôs uma rádio escolar durante os intervalos de aula; objetivando a melhoria do diálogo entre alunos e professores. O CEF concorreu com 474 unidades de ensino da Bahia, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, além do Distrito Federal. “Nossa pretensão era montar uma rádio comunitária porque nos-

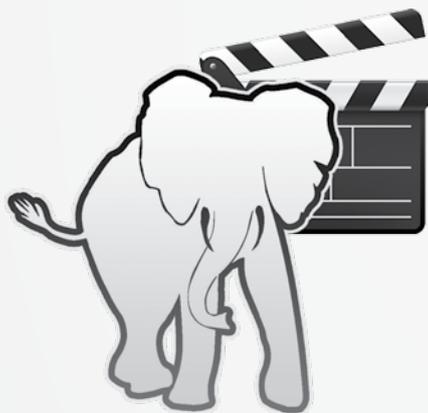
sa comunidade é muito carente de diversão para os alunos. Para nós foi uma surpresa muito grande, pois concorremos com projetos de todo o Brasil. Era um projeto experimental dentro da escola, não esperávamos esse êxito todo”, comemora o diretor Oldair José.

A partir de agora, os finalistas serão orientados a elaborar uma reportagem de rádio que aborde o projeto social desenvolvido por eles. Cada re-



Aluna é entrevistada por emissora de TV

portagem será veiculada na programação da Rádio Bandeirantes a partir do dia 31 de outubro. Os projetos vencedores serão revelados em novembro e receberão prêmios em dinheiro. “A rádio é um ótimo instrumento pedagógico. É possível usá-la para divulgar reuniões e horários, por exemplo”, ressalta Oldair.



O professor Kléristhon Guimarães, criador dos projetos “Simpósio Interdisciplinar Musical e Curta Metragem Temático”, apresentou em setembro o primeiro festival de Curtas Metragens do Centro Educacional do Lago (CEL) e o segundo Festival de Curta Metragem do Centro de Ensino Médio Elefante Branco. O projeto foi criado pelo professor em 2005 no Centro de Ensino

Escolas participam de festival de curta metragem

Médio Setor Oeste, e aborda temas ligados à sociologia e a filosofia através da produção de vídeos (pequenos filmes com duração de até 20 minutos).

O tema das produções abordado pelos estudantes esse ano girou em torno de pesquisas realizadas pelos alunos nos primeiros meses de 2011 e trouxe um retrato do Brasil na atualidade, mostrando os principais aspectos políticos, culturais e sociais que vivenciamos no Brasil. O evento contou com a exi-

bição de quatro filmes dos alunos do Elefante Branco e quatro do CEL. “O projeto gera uma sistemática diferenciada no ambiente escolar, gerando motivação, melhoria no rendimento escolar, ajustamento das relações interpessoais, disciplina, foco crítico e observação científica sobre os diversos temas sociais” afirma Kléristhon. Além de ser interdisciplinar, envolveu também a comunidade escolar, com a participação das famílias na produção dos filmes.

Estratégia de matrícula para 2012

O Sinpro-DF apresentou à Secretaria de Educação os principais itens que precisam ser mudados sobre a estratégia de matrícula para 2012. O principal deles foi uma política de redução para o número de alunos por sala de aula, considerando que o elevado número de estudantes tem contribuído para uma educação que não é a desejada do ponto de vista da qualidade. A princípio a Secretaria acenou com uma redução em torno de 10% no

número de alunos das classes regulares, o que foi reiterado ao sindicato em reunião de negociação, mas essa alteração só será confirmada nos próximos dias.

Em 2012, o Distrito Federal terá que construir seu plano distrital de educação. Por isto o Sindicato aposta que a proposta apresentada à SEE poderia, de imediato, acenar com mudanças para a próxima década da educação.

Educação Infantil									
Etapa		Número de estudantes por turma							
		Área Urbana				Área Rural			
Pré-Escola		Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
1º Período		20/18/15	24/22/20	16/14/14	24/22/20				
2º Período		24/20/15	28/25/20	20/18/15	28/24/20				
Ensino Fundamental									
Etapa		Número de Estudantes por Turma				Classes Comuns Inclusivas			
		Área Urbana		Área Rural		TC		TODA/H ou DPAC	
		Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Nº de estudantes TC por turma	Nº Total de estudantes por turma	Nº de estudantes TODA/H ou DPAC por turma	Nº total de estudantes por turma
Anos Iniciais (De 9 anos)	1º Ano	24/22/20	28/26/25	20/-/18	28/26/25	1	25/22/18	1 a 2	25
	2º Ano	25/23/20	28/26/25	20/-/18	28/26/25				23
	3º Ano	28/25/20	32/30/25	25/23/18	32/30/25				20
	4º Ano	30/28/20	35/33/25	25/23/18	35/33/25	1	28/25/18	1	28/ - /25
	5º Ano	30/28/20	35/33/25	25/23/18	35/33/25			2	25/23/21
Anos Finais (De 9 anos)	6º Ano	30/28/25	35/33/30	25/23/20	35/33/30	1	28/25/18	1	28/ - /25
	7º Ano	32/30/25	38/35/30	30/28/20	38/35/30	1	36/32/25	2	25/23/21
Anos Finais (De 8 anos)	7ª Série							1 a 2	36/32/24
	8ª Série	35/32/25	40/36/30	30/28/20	40/35/30	1	36/32/25	1 a 2	38/34/25
Ensino Médio									
Turno	Série	Número de estudantes por turma				Classes comuns inclusivas			
		Área Urbana		Área Rural		TC			
		Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Nº de estudantes TC por Turma	Nº de estudantes por turma		
Diurno/ Noturno	1ª Série								
	2ª Série	38/35/30	45/40/30	30/28/25	45/40/30	1	42/38/25		
	3ª Série								
LEGENDA			Como é hoje		Proposta SEE		Proposta do SINPRO		

MULHERES DO DF PARTICIPAM DA 3ª CONFERENCIA DISTRITAL



CUT defende PPA com perspectiva de gênero e Plano Distrital de Políticas para Mulheres

Foi realizada nos dias 21, 22 e 23 de outubro a 3ª Conferência Distrital de Políticas para as Mulheres, que contou com uma representação expressiva de mulheres vindas de todas as regiões do DF, dos mais variados segmentos. No ato político de abertura, foram homenageadas a jornalista Mara Régia di Perna, a ex-deputada Maria Laura Pinheiro e, em memória, Adnair França e Neide Castanha. No último bloco a homenagem foi a todas as mulheres vítimas da violência doméstica, simbolizadas por dois casos recentes de vítimas fatais, Suênia de Sousa Faria e Vanessa Souza Ribeiro dos Santos, recebida por Silene de Souza Faria e Aury Ferreira de Souza, respectivamente.

Para a secretária de Mulheres da CUT-DF, Maria da Graça Souza, a realização é de suma importância para a elaboração pela primeira vez do Plano Distrital de Políticas para as Mulheres do DF. “As diretrizes estabelecidas pela conferência serão determinantes para que o poder público incorpore a dimensão de gênero para a implementação efetiva de políticas públicas para as mulheres”, afirmou ela.

Maria da Graça ressaltou a reestruturação do Conselho dos Direitos da Mulher e a campanha de combate à violência sexual contra as mulheres, lançada pela CUT e encapada pelo Governo local. Também celebrou a nova casa abrigo no DF, como parte do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. “No entanto, entendemos que esses feitos, mesmo que representem um avanço em direção ao enfrentamento à violência contra as mulheres no DF, ainda são insuficientes para a efetiva implementação da Lei Maria da Penha no Distrito Federal, principalmente diante do aumento alarmante da

violência contra as mulheres no DF, em especial em estupro e assassinatos”, afirmou ela.

Ela acredita que o próximo Plano Plurianual deva incluir orçamento específico para o enfrentamento das desigualdades de gênero no Distrito Federal. Entre as prioridades, estão: construção e implementação de creches e pré-escolas com educação não sexista, ampliação dos recursos públicos destinados à Educação Infantil e às políticas de valorização das/dos Profissionais de educação; consolidação e fortalecimento da rede de atendimento às mulheres vítimas de violência, que implica na capacitação de profissionais para atendimento em todas as delegacias para um atendimento humanitário às mulheres vítimas de violência;



Mulheres de todo DF participaram do debate

implementação da Política Nacional de Abrigamento às mulheres vítimas de violência, garantia de recursos para manutenção e aparelhamento da Casa Abrigo e Centros de Referência; acesso à saúde, ao transporte, ao emprego; políticas de geração de renda e acesso à moradia para as mulheres; transparência e participação política na elaboração, execução e monitoramento do orçamento do Distrito Federal.

Para que de fato essas políticas sejam implementadas é necessário que o Plano Plurianual (PPA) de 2012/2015, que já se encontra no parlamento, incorpore a perspectiva de gênero na sua formulação conceitual e a partir dessa incorporação possa assegurar sua transversalidade no conjunto de todas as instâncias e competências institucionais, técnicas e administrativas do Governo.



Cobrança de IR sobre verba indenizatória é indevida

Professoras e professores que se aposentaram a partir de 2007 e que receberam pela SEE/DF o pagamento em pecúnia da licença prêmio e o acerto de férias devem ficar atentos. O departamento jurídico do Sinpro constatou que, em alguns casos, a SEE/DF cobrou imposto de renda sobre esses pagamentos, o que é ilegal por se tratar de verba indenizatória. Para saber se este é o seu caso, basta confrontar o valor cobrado do IR no mês do recebimento dessas verbas com o do mês anterior. Se houve aumento considerável, é provável que o IR tenha incidido sobre essas verbas, cabendo restituição.

O(a) professor(a) deverá, primeiro, fazer um requerimento administrativo com os seguintes termos: “devolução do IR co-

brado sobre o acerto de LPA e férias por se tratarem de verbas indenizatórias”. É necessário fazer o requerimento em duas vias, pegar o protocolo em uma delas e aguardar a resposta. De posse da resposta, comparecer ao Sinpro para a propositura da ação cabível, nos horários de plantão dos advogados trabalhistas (ver tabela de horários acessando o endereço: http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2011/04/cartaz_juridico.pdf).

É necessário trazer os seguintes documentos: RG, CPF, comprovante de endereço, os três(3) últimos contracheques, publicação da aposentadoria, requerimento administrativo devidamente protocolizado, resposta da SEE/DF e o contracheque que contém o desconto indevido do IR.

Professores com carga horária de 60 horas semanais têm direito a 4 vales-transportes por dia

Professoras e professores com carga horária de 60 horas semanais, que tiveram um dos quatro vales-transporte diários suprimidos por força do decreto do GDF de 2008, vão poder recorrer da decisão. O departamento jurídico do Sinpro vai ingressar com ações na Justiça questionando a validade desta supressão.

Em 2008, quando essa parcela da categoria passou a receber apenas três vales por dia, o departamento jurídico optou por fazer ações apenas para impedir a devolução dos valores supostamente recebidos de forma equivocada. No entanto, algumas ações foram feitas para discutir a validade da supressão desse vale diário e tiveram êxito.

Com base nisso, serão feitas ações para todos os professores que se enquadrem nessa situação e que desejem voltar

a receber os quatro vales diários. Para fazer parte dessa ação é preciso comparecer ao Departamento Jurídico do Sinpro, nos horários de plantões trabalhistas (ver tabela de horários acessando o endereço: http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2011/04/cartaz_juridico.pdf).

É necessário trazer os seguintes documentos: RG, CPF, comprovante de endereço, os três últimos contracheques, fichas financeiras de 2008 em diante das duas matrículas, carta da SEE/DF que comunicou a supressão do vale-transporte, termo de opção pelo vale (ver se consta na pasta do professor na escola. Se não, pegar no NRH na Sede), termo de alteração dos trajetos, caso o professor tenha solicitado em razão de mudança de endereço (procurar nos mesmos locais do item anterior). O advogado poderá solicitar outros documentos quando da análise.

Parecer sobre Tidem e convênio com a UnB

De acordo com parecer do nosso departamento jurídico, a vantagem conhecida como Tidem é disciplinada pelo artigo 21, §6º da Lei do DF nº 4.075/07 e será concedida a quem é exclusivo da Rede Pública de Ensino do DF, “sendo vedado o exercício de qualquer outra atividade remunerada, pública ou privada”. Isso significa dizer que o recebimento, ao mesmo tempo, da Tidem e da bolsa decorrente de convênio firmado entre professor da Rede Pública de Ensino do DF e a UnB, pode

ser considerado irregular.

O Sinpro buscou negociar uma solução para o problema com a Secretaria de Educação, mas não foi possível avançar. Diante disso, e para evitar futuros transtornos, recomendamos que aqueles que se encontrem nessa situação que se afastem do convênio com a UnB como medida a evitar ulterior discussão no sentido de devolução de Tidem durante os meses em que o professor esteve vinculado ao sobredito convênio.

Marcha Nacional pelos 10% do PIB reúne seis mil em Brasília

Promovida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e suas 43 entidades filiadas em todo o Brasil, dentre elas o Sinpro-DF, a 5ª Marcha Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública, reuniu mais de 6 mil pessoas na Esplanada dos Ministérios no último dia 26 de outubro. Educadoras e educadores de todo o Brasil vestiram suas camisetas e carregaram faixas em defesa do aumento dos investimentos na Educação.

Hoje apenas cerca de 5% do PIB é destinado ao setor. Para a CNTE, não há dúvidas de que o direito à educação depende de mais recursos financeiros e de sua melhor aplicação. A meta de investimento de 10% do PIB visa tirar o atraso no qual a educação pública brasileira se encontra. Atualmente, os educadores estão desestimulados devido à baixa remuneração e à estrutura precária das escolas.

A Marcha Nacional com representantes de entidades de todos os estados, saiu do estacionamento do estádio Mané Garrincha em direção a Esplanada dos Ministérios por volta das 10 h da manhã. O Sinpro se uniu aos manifestantes na altura da Biblioteca Nacional, seguindo para o Ato Público em frente ao Congresso Nacional. Vários parlamentares subiram no carro de som da CNTE para manifestar apoio à Marcha em defesa dos 10% para a Educação.

REUNIÃO COM MINISTROS - Membros da direção da CNTE foram recebidos pelo Ministro-chefe da Secretaria Geral da presidência da República, Gilberto Carvalho, no Palácio do Planalto. Durante o encontro, a Confederação e suas entidades filiadas pediram a instalação de uma Mesa de Negociação com as esferas do governo e trabalhadores da área para definir estratégias de aplicação da Lei do Piso. Outro ponto abordado foi o aperfeiçoamento



do controle social sobre os recursos da educação, seja por meio de acompanhamento da aplicação das leis federais pelo Congresso Nacional, nos estados e municípios ou pela aprovação do PL nº 8.039/10, cujo conteúdo trata sobre a Lei de Responsabilidade Educacional.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - A

5ª Marcha Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública de Qualidade acontece durante um importante momento para a educação no país. Ela é realizada às vésperas da aprovação do novo Plano Nacional de Educação (PNE), documento que irá prever as metas para a educação brasileira pelos próximos 10 anos e está em tramitação no Congresso Nacional. Os educadores e a sociedade brasileira cobram do governo que o próximo PNE aplique as decisões da 1ª Conferência Nacional de Educação (Conae), realizada em abril de 2010. Entre as propostas está o aumento dos percentuais investidos na área como, por exemplo, a destinação de 50% dos recursos da camada Pré-sal. Para a CNTE, a aplicação de apenas 7% do PIB, previstos no projeto do PNE enviado pelo Executivo Federal ao Congresso, é insuficiente para atender aos desafios enfrentados pela educação pública. Segundo Roberto Leão, presidente da CNTE, a pressão no Congresso e no Governo Federal é essencial para que a educação avance e os profissionais da área tenham seus direitos garantidos. "Consideramos essa Marcha decisiva para a aprovação dos 10% do PIB para a educação e para denunciar o não cumprimento do Piso Salarial pelos estados e municípios". A CNTE organizou um abaixo assinado em todo o país com 140 mil cartões postais de apoio aos 10% do PIB para a educação, que foram entregues à presidente da comissão de Educação da Câmara dos Deputados, Fátima Bezerra (PT-RN).

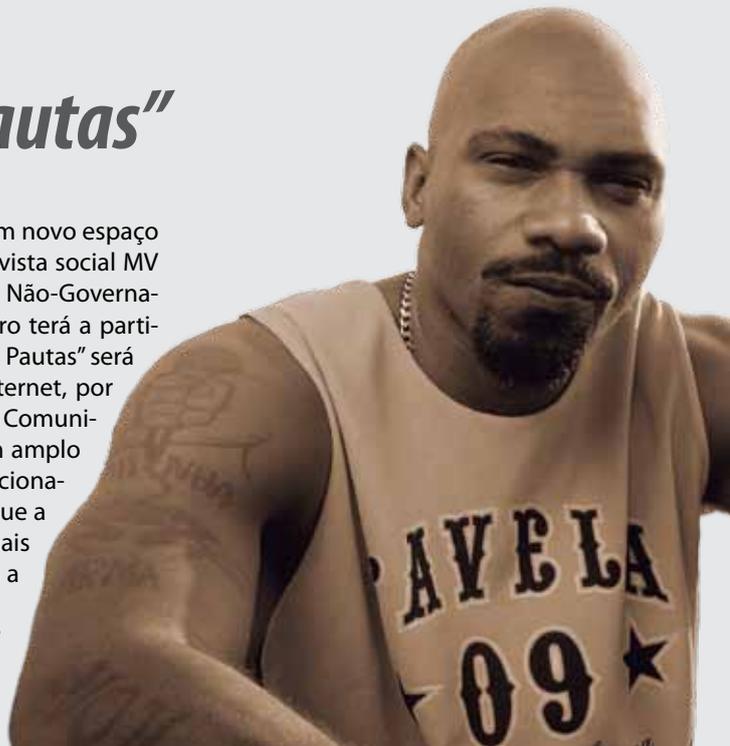


Marcha dos 10% do PIB para educação.

Sinpro apresenta "Outras Pautas"

No próximo dia 8 de novembro o Sinpro estreia o "Outras Pautas", um novo espaço de debates. Nesse primeiro momento, a entrevista será com o ativista social MV Bill, um dos criadores, junto com Celso Athayde, da Organização Não-Governamental, Central Única das Favelas (CUFA). O evento realizado pelo Sinpro terá a participação de GOG, rapper e escritor nascido em Sobradinho-DF. O "Outras Pautas" será realizado no Teatro Plínio Marcos na Funarte e exibido ao vivo pela internet, por meio do site do Sinpro (www.sinprodf.org.br) e pela TV Cidade Livre -TV Comunitária, canal 8-Net, das 20hs às 21h30. A proposta do Sinpro é abrir um amplo espaço de comunicação com a sociedade extrapolando os assuntos relacionados ao ensino e fazendo um elo, ao mesmo tempo, com a importância que a educação tem para a formação e conscientização de uma sociedade mais igualitária e justa. Ao longo de 2012 o programa terá continuidade com a participação de outros convidados e de toda a comunidade.

Mais uma inovação que esta entidade se propõe a implementar para contribuir com a discussão de temas relevantes e de interesse da sociedade.



Festa do Professor com Nando Reis é um sucesso!

Promovido pelo Sinpro, o show com o cantor Nando Reis e os Infernais mobilizou mais de 25 mil pessoas no pavilhão do Parque da Cidade na noite do dia 15 de outubro, data comemorativa ao Dia do Professor. A principal atração da noite foi o Bailão do Ruivão, com Nando Reis, mas logo em seguida a Banda Satisfaction e o VJ Sasha animaram os presentes até a madrugada. As professoras e os professores e seus familiares e amigos começaram a chegar por volta das 20 horas. Na abertura da festa vários vídeos e fotos foram exibidos antes do show, fazendo referência às atividades desenvolvidas pelos professores da rede pública do DF. Foi uma festa para ficar na memória de todos aqueles que se dedicam a ensinar e também a aprender. Mais uma vez a Diretoria Colegiada do Sinpro parabeniza e enaltece as professoras e os professores que dançaram e cantaram com muita animação durante a festa!



CORO SINPRÔNICO NO TEATRO DOS BANCÁRIOS

O Coro Sinprônico (foto) fará uma apresentação no dia 16 de novembro, às 21h, no Teatro dos Bancários (514/515 Sul). O Coro Sinprônico tem como um de seus objetivos estimular a prática musical no âmbito do Sindicato dos Professores do Distrito Federal, assim como levar, principalmente, às escolas da Rede Pública do DF, apresentações musicais tanto de música popular e folclórica quanto de música erudita, através do canto coral.

